



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
Secretaria de Concursos**

AVISO Nº 7/2026

O SECRETÁRIO DE CONCURSOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso de suas atribuições, informa aos candidatos do 31º Concurso Público para Provimento de Cargos de Procurador da República que, em sessão pública realizada às 8 horas do dia 19 de abril de 2026, no Espaço Dr. Geraldo Brindeiro, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília/DF, foi realizado o sorteio dos seguintes pontos que serão objeto de arguição nas provas orais a serem realizadas às 8 horas do dia 20 de abril de 2026:

Direito Constitucional

5. Direitos fundamentais sociais: tipos, características, garantias e efetividade. Direitos fundamentais do trabalhador. Direitos fundamentais culturais. Direito à diferença e ao reconhecimento. Direito fundamental à educação. Direito à saúde. Direitos de defesa e direitos à prestação. Direitos fundamentais nas relações entre particulares.

12. Processo Legislativo na Constituição Federal. A Constituição da República e o processo legislativo federal, estadual e municipal. Tipologia de normas no processo legislativo. O processo de incorporação dos tratados internacionais. Devido processo legislativo. O Presidente da República no processo legislativo. O Supremo Tribunal Federal no processo legislativo. O Procurador-Geral da República no processo legislativo.

14. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público: organização, princípios e funções constitucionais. Ministério Público da União e dos Estados. Procurador-Geral da República. Conselho Nacional do Ministério Público. Composição, competência e funcionamento. Defensoria Pública. Advocacia Pública e advocacia privada.

Direito Administrativo

4. Controle da Administração Pública. Controles interno e externo. A teoria da reserva do possível. O papel do Ministério Público, do Judiciário e dos Tribunais de Contas.

Prestação de contas e tomada de contas especial. Controle da Administração e Responsabilidade Fiscal (LC n. 101/2000).

9. Domínio público. Bens públicos. Classificação. Espécies. Regime jurídico. Uso privativo de bens públicos: autorização, permissão e concessão de uso; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; aforamento e terrenos de marinha. Terra devolutas. Terras indígenas e regime jurídico.

16. Responsabilidade civil do Estado. Evolução. Fundamentos. Natureza. Teorias da culpa, do serviço e do risco. Causas excludentes de responsabilidade. Direito de regresso. Responsabilidade do Estado por atos omissivos. Responsabilidade do Estado por ato legislativo. Responsabilidade do Estado por ato jurisdicional.

Direito Ambiental

5. Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Política Nacional do Meio Ambiente: princípios, objetivos e instrumentos. Instrumentos de incentivo à conservação do meio ambiente. Instrumentos econômicos, instrumentos governamentais. Política Nacional de Pagamento por Serviços ambientais. Servidão ambiental. Zoneamento ambiental. Licenciamento ambiental. Avaliação de impactos ambientais. Estudos ambientais. Audiências públicas. Mercado de carbono: instrumentos jurídicos de regulação.

8. Diversidade biológica e patrimônio genético. Comunidades tradicionais, acesso ao território e garantias territoriais e sua relação com o meio ambiente natural e cultural. Proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado.

12. Proteção jurídica do meio ambiente e exploração mineral. Mineração e impactos ambientais. Licenciamento. Deveres ambientais relativos à exploração mineral. Poder de polícia ambiental. Competências.

Direito Civil

3. Pessoas jurídicas. Personalidade jurídica. Início e término da personalidade jurídica da pessoa jurídica. Desconsideração da personalidade social e jurídica. Entidades despersonalizadas. Sede da pessoa jurídica.

4. Capacidade civil. Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A proteção dos interesses dos incapazes e o papel do Ministério Público. Interdição,

tutela e curatela.

6. Obrigações. Conceito. Modalidades. Obrigação natural. Obrigação propter rem. Transmissão de obrigações. Extinção das obrigações. Adimplemento e inadimplemento. Obrigações por declaração unilateral de vontade, Liquidação das obrigações, juros e correção monetária. Cláusula penal. Multa.

Direito Processual Civil

6. Sujeitos processuais. Capacidade. Legitimação. Sucessão e substituição processual. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Amicus curiae. O Ministério Público no processo civil. Atuação coordenada e resolutiva do Ministério Público brasileiro. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Auxiliares da Justiça.

10. Formação, suspensão e extinção do processo. Sentença e Coisa julgada. Liquidação de sentença. Cumprimento da sentença e de outros títulos judiciais. Formas de implementação e efetivação das decisões judiciais. Homologação de sentença estrangeira. Carta rogatória. Tratados e convenções para cumprimento de decisões estrangeiras no Brasil.

16. Processo de execução. Disposições gerais. Partes. Competência. Título executivo. Responsabilidade patrimonial. Desconsideração da personalidade jurídica. Espécies de execução. Aspectos procedimentais e fases. Suspensão e extinção do processo de execução. Embargos. Exceção de pré-executividade.

Direito Penal

2. Princípio de interpretação e aplicação da lei penal. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Limites da aplicação da lei penal em relação às pessoas.

13. Aspectos relativos à repressão penal contidas em convenções internacionais sobre corrupção, organizações criminosas, tráfico de pessoas, tráfico de armas, terrorismo e escravidão contemporânea.

15. Crimes eleitorais.

Direito Processual Penal

1. Teoria do processo. Princípios constitucionais do processo penal. Princípios

processuais penais no Pacto de São José da Costa Rica. Norma de direito processual penal no tempo e no espaço. Interpretação e integração da lei processual penal.

2. Princípios e questões relativas aos inquéritos policiais e investigações criminais. Atribuições da Polícia Federal. Controle externo da atividade policial. Investigação e meios de obtenção de prova. Procedimentos de investigação relativos a crimes cibernéticos e cibersegurança. Deepweb e Darkweb. Organizações criminosas: conceito. Lei nº 12.850/2013 e Lei nº 12.694/2012. Hipóteses e requisitos para arquivamento de inquéritos e investigações criminais.

5. Jurisdição e competência. Competência da Justiça Federal. Competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral em matéria penal. Competência por conexão. Competência, legitimidade, procedimento e requisitos em geral. Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público. Declinação de atribuição.

CARLOS FERNANDO MAZZOCO